



NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: CONTEXTUALIZANDO CONDUTAS DO BRASIL COLÔNIA (XVI – XIX)

Maria Beatriz da Silva Santos¹
Thyanne Guilherme Calixto²
Marlene Helena de Oliveira França³

Universidade Federal da Paraíba (direcao@ce.ufpb.br)

RESUMO: O presente artigo versa sobre a naturalização da violência contra a mulher numa perspectiva de identificar como essa problemática criou raízes na sociedade, tornando-se aceitável e justificável a partir dos valores e condutas morais impostas as mulheres no período colonial, mais precisamente durante o século XVIII, aos dias atuais. Este estudo foi motivado ao constatar-se o lugar social ocupado pelas mulheres. Com isso, busca-se promover um diálogo entre a organização familiar no período colonial, especificamente no século XVIII, com a atualidade e refletir sobre a força do patriarcado nas relações sociais. Para o processo de coleta de dados, adotamos o levantamento bibliográfico, bem como, a “entrevista não estruturada”, a qual segundo Prodanov (2013) consiste na autonomia do investigador de ampliar as questões, tendo em vista que são perguntas abertas. O roteiro foi composto por questões abertas. Para a análise das falas das entrevistadas, nos ancoramos na análise de discurso de Foucault, que tenta identificar como se (re)produz o discurso historicamente e quais as regras implícitas na construção desse discurso. A amostra dos sujeitos foi composta por 10 mulheres. Distribuídas da seguinte forma: 7 estudantes de diferentes cursos da UFPB, 03 servidoras. Todas as entrevistas foram gravadas. Os resultados da pesquisa nos levam a concluir que a violência contra a mulher ainda é um reflexo dos pré-conceitos ligados à sua imagem que foi construída historicamente, influenciando ainda hoje nos papéis direcionados às mulheres no convívio social, político e econômico.

Palavras-chave: Mulher, Violência, Sexualidade, Patriarcado.

¹ Graduanda do 3º período do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. Monitora voluntária do componente curricular Fundamentos Epistemológicos da Educação. thatygc@hotmail.com.

² Graduanda do 3º período do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista do PROBEX (Projeto de Extensão), no projeto Economia Solidária. thatygc@hotmail.com.

³ Profa. Adjunta II do Departamento de Habilitações Pedagógicas do Centro de Educação (UFPB). Membro do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos. Coordenadora do Projeto de Pesquisa (PIBIC), intitulado: Um estudo sobre as mulheres encarceradas no Estado da Paraíba. Consultora do INEP/MEC e Consultora da UNESCO para assuntos penitenciários. marlenecel@hotmail.com; maraufpb2013@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

No decorrer do dia-a-dia nós – mulheres – somos bombardeadas com discursos discriminatórios e preconceituosos, temos a nossa imagem exposta em telas de TV para consumo de bebidas alcoólicas, compras de automóveis, produtos de beleza, vestuários modelo, salões de beleza e estética, etc. Nosso corpo é catalogado, com o objetivo principal de seguir os padrões de beleza impostos na mídia, revistas e catálogos, os quais enfatizam o envelhecimento como um problema e a busca pela juventude quase uma obrigação. Também somos “premiadas” com dicas para manter o corpo perfeito, os cabelos impecáveis e com aspecto natural, ainda que nos custe uma fortuna, o preço e a busca por uma beleza artificial. Esse excesso de cobrança, resulta em milhares de mulheres reféns a padrões que visam atender os interesses do capital e as indústrias de cosméticos, que tem conquistado grandes fortunas às “nossas custas”. Perceber os espaços em que as mulheres são colocadas socialmente nos motivou a pesquisar sobre a Naturalização da violência contra a mulher, com o mesmo pré-conceito e preconceitos ligados à sua imagem existentes séculos atrás e refletir como influência ainda hoje nos papéis direcionados as mulheres no convívio social, político e econômico.

Este estudo tem por objetivo propor uma abordagem sobre como as relações de poder e dominação masculina influenciaram na violência contra a mulher, nos discursos de ódio e culpabilização atribuída as vítimas dentro um sistema opressor que se enraizou na sociedade. Com isso, busca-se promover um diálogo entre a organização familiar no período colonial, especificamente no século XVIII, com a atualidade e refletir sobre a força do patriarcado nas relações sociais.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

O caminho metodológico escolhido para a construção deste artigo, foi o levantamento bibliográfico, realizado sobretudo, a partir de uma cuidadosa revisão nos livros que tratam acerca da História das mulheres no Brasil, História das relações de gênero e Mulheres e desigualdade de gênero. Também fizemos uso de um instrumento de coleta de dados, denominado “entrevista não estruturada”, a qual segundo Prodanov (2013) consiste na autonomia do investigador de ampliar as questões, tendo em vista que são perguntas abertas. Este recurso metodológico foi composto por questões abertas, privilegiando uma abordagem qualitativa em que foram apresentados dois casos de agressão contra a mulher, um deles envolvendo exposição de situação pessoal e o outro, o assassinato de uma mulher pelo companheiro. Para a análise das falas das entrevistadas, nos ancoramos na análise de discurso de Foucault, que tenta identificar como se (re)produz o discurso historicamente e quais as regras implícitas na construção desse discurso. Com a devida autorização para gravarmos, realizamos entrevistas com 10 mulheres estudantes e funcionárias da Universidade Federal da Paraíba.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

No processo de análise dos discursos notou-se quase de forma geral a falta de conhecimento quanto aos direitos de proteção da mulher segundo a Lei Maria da Penha, confirmados na Constituição de 88, cuja Lei visa amparar as mulheres contra toda e qualquer tentativa de violência física, sexual, psicológica ou mental. Na nossa compreensão, ficou evidente o pouco conhecimento acerca desse documento, vez que, as entrevistadas deixaram transparecer de que se limitava apenas a agressão física.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

O primeiro caso apresentado às entrevistas dizia respeito ao adultério feminino. Em relação ao mesmo, as entrevistadas apesar de apresentar saídas através do “diálogo” - expressão predominante nas falas - e repudiar a exposição que a mulher retratada no caso, sofreu, ainda assim, mostraram-se presas a concepções do que é aceito socialmente para o homem e para a mulher, chegando a atribuir valores morais construídos no Brasil durante um período de mudanças “civilizatórias” que oprimiram a mulher e padronizaram um comportamento que a ser reproduzido histórico e inconscientemente.

No segundo caso, em que retrata o assassinato de uma jovem percebemos no posicionamento das entrevistadas um comportamento “típico” e quase “natural” de culpar a mulher pelo crime. Nos deparamos ainda, com posicionamentos sustentados em um conceito de moralidade, na qual repudia profissões em que a mulher faz uso do corpo para o seu próprio sustento. Será que é esse discurso preconceituoso, retrógrado e machista que estamos desejando e buscando construir incansavelmente? E do qual muitas mulheres, inclusive, àquelas mais intelectualizadas, tem feito uso? Certamente que não. Na verdade, é esse discurso medíocre, ainda que, usual, que tem dificultado sobremaneira, mudanças mais significativas em relação às mulheres e os espaços e papéis que elas devem (e merecem) ocupar. Mas, o que tem sido feito para mudar essa realidade? Como é possível que mulheres que frequentam um ambiente acadêmico, onde prioriza-se o confronto de ideias e de opiniões, onde o contraditório tem vez e voz, onde as mulheres podem assumir uma postura de empoderamento e ressignificar o papel e o lugar que ocupa, ainda tem lugar de destaque? É pois, em busca dessas respostas que esta proposta de investigação foi construída.

Além disso, identificamos nas falas das entrevistadas, uma ideia de propriedade, de quem detém o “mando de campo”, de quem tem o “controle da situação”, que faz com que as pessoas erroneamente, passem a enxergar qual é o padrão de mulher ideal na ótica masculina, logo, aceito pelos homens, em outras palavras, o que se espera numa mulher de respeito? Que qualidades uma mulher precisa ter para ter o devido respeito? E lamentamos ter que concordar, que é com base nesse juízo de valor que nossa sociedade foi construída e que nosso alicerce foi feito. Nesse sentido, para muitas pessoas, a mulher tem que ser recatada atender ao modelo idealizado e “enquadrado” pelos homens, visando preservar os bons costumes e os valores morais.

Para assegurar a adoção de valores, regras morais e costumes, segundo Soihet (1997) a medicina social¹ assegurará como características naturais femininas o recato, fragilidade, delicadeza, afetividade, instinto maternal e subordinação sexual.

As atribuições à figura masculina partiam dos princípios morais destinados as mulheres, ao homem prevalecia o predomínio da força física, autoridade, liderança e instinto sexual desenfreado. Os homens pobres fugiam a regra como responsável pelo sustento da família, não ocupavam *status* de caráter dominante tão pouco assumiam papéis de poder na esfera pública², mas, para que o homem se mantivesse em lugar de dominação, foi assegurado ao homem da camada popular o poder privado – casa e família prevalecendo-se durante a década de 90.

Sabendo que as mulheres pobres possuíam características próprias, havia muito preconceito e discriminação ligados à sua imagem, o que acentuava o nível de violência. Esses papéis eram contestados nas classes



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

populares em que mulheres chefiavam famílias, embora os valores moldados para a família burguesa refletissem seu comportamento, características designadas a figura feminina estavam longe de compor a multiplicidade da mulher popular, principalmente a submissão da sexualidade e prazer feminino, de acordo com Soihet (1997) esses fatores eram vistos como um problema a sociedade conversadora que estava se formando pois a liberdade sexual das mulheres populares confrontava a medicina social em que o instinto maternal inviabilizava o prazer sexual feminino.

Nessa perspectiva, a ciência diferenciava homem e mulher não só por características corporais, mas, pela natureza e moralidade justificada sob os valores da Igreja, e dessa forma, a ciência entendia as doenças do corpo símbolo dos pecados cometidos pelas mulheres. Ainda na visão da ciência, os médicos estimulavam as mulheres a se ocuparem com afazeres domésticos evitando o ócio e reforçando a ideia de esposa dedicada aos cuidados da família e do lar, essa incorporação resultava num tipo de salvação para mulheres por carregarem a culpa do pecado cometido pela primeira fêmea.

A preservação das características de submissão feminina era um aspecto que determinava a honra do marido, que de acordo com Priore (2014) em caso de adultério, o homem perante a sociedade e a lei tinha o direito de matar a esposa para lavar sua honra, enquanto a poligamia masculina era tratada como natural do homem e deveria ser algo desculpável. Com a preocupação voltada a incorporação das características femininas, o medo do adultério aterrorizava os homens que aprisionavam as esposas com afazeres domésticos para que não lhe houvesse oportunidade de traição. Essa desconfiança à figura feminina tem em grande parte

fundamentação na Igreja Católica, em que a mulher, por ser mulher, estava condenada a carregar a culpa do pecado original, sendo privada de qualquer liberdade decorrente ao ato de Eva, por isso teria que ser controlada e sua sexualidade inibida.

Moldadas a comportamentos singulares, seguidos de dogmas religiosos, deveria aceitar seu lugar como mulher recatada, educada e pronta para casar, neste sentido o casamento e a maternidade serviriam como uma salvação, considerada somente honesta a esposa mãe de família, a autora refere-se ao ato de vigiar de modo que

As entrevistas mostraram ainda que prevalece um pré-julgamento de imagens, intitulada como correta, do qual deve ser seguida daquela forma que foi imposta, mas que, muitas vezes, não corresponde a imagem que a própria mulher tem de si mesma, sua representação interna, havendo uma transgressão mesclada por grupos multifacetados dirigidos por um fenômeno universal que atinge milhares de pessoas. Transgressões essas, de caráter político, ideológico, econômico a um paradigma cultural até então estruturado, que fundamenta e justifica como fator a evidente violência em relação do homem contra a mulher.

No entanto, é possível observar que a consequência dos seus atos, se contradiz aos estigmas sociais de representação da família composta pelo amor, ciclo afetivo, felicidade e segurança presentes nas relações familiares tradicionais da sociedade burguesa. Todavia as distinções de gênero perpassam essas fronteiras no contexto contemporâneo, vez que percebe-se que há uma naturalização da violência não só proveniente das desigualdades de gênero, mas pelo fato de estar impregnado nas concepções de milhares de pessoas a retrograda sistematização de uma cultura geradora, opressora e hostil.



Conotações entre o contexto da cultura patriarcal, e o discurso nas falas das mulheres acerca de nossa realidade dual e fragmentada quanto estrutura contemporânea, recebe através da constante interferência da religião, mais precisamente, da Igreja Católica no século XVIII. Instituições sociais da atualidade ainda trazem consigo discursos preconceituosos e discriminatórios perante a mulher. Inibem a autonomia principalmente da questão sexual, a prática de “se guardar” para depois do casamento.

Assim, a preservação da virgindade feminina era tratada como um patrimônio familiar, limitada a qualquer tipo de erotismo sexual antes do casamento, controlada não só pelos olhos da família, mas, também pelas próprias mulheres que vigiavam o comportamento das moças a fim de proteger a moral e bons costumes. O pai como autoridade da família enquadrava quaisquer impulsos sentimentais das filhas, mantendo longe aqueles que pairavam sobre virgens e que apresentassem possíveis ameaças de "raptos", já a mãe deveria vigiar a(s) filha(s) sob o medo de cair sobre si a culpa se a moça desviasse ou desonrasse a família.

4 CONCLUSÃO

Com base no levantamento bibliográfico e na análise das entrevistas, sobre a Naturalização da violência contra a mulher, evidenciou-se a reprodução de discursos carregados de valores sobre “o que é ser mulher” na sociedade atual, refletindo padrões criados e fundamentados nas Instituições sociais que tinham como finalidade a marginalização das mulheres.

Para melhor compreensão sobre como tornou-se natural essas agressões, buscou-se por meio da contextualização histórica retratar a organização familiar pensada para uma

classe elevada, provocando uma desestruturação na vida das mulheres populares, em que os efeitos da violência fortaleceram-se mais na década de 90 por meio de padrões criados nos tempos da colonização (XVI - XIX) junto as tentativas de civilização, estabelecendo um regime opressor em que fez uso da crença religiosa e da medicina para sustentar a questão moral da mulher integrada ao seu biológico.

Desse modo, priorizou-se aspectos equivalentes ao papel da mulher designada a plena submissão ao homem como ser, por “natureza” dominador, autoritário e que representava o poder dentro do contexto familiar. Essa categorização instituída a partir do período colonial, de uma natureza intrínseca, influencia de maneira drástica de como a própria mulher se ver diante de tantos julgamentos quanto ao uso do seu corpo e parte de si, compreendendo enquanto pessoa um ser que possui emoções, sexualidade, autonomia e principalmente princípios e valores morais.

Portanto, dogmas vinculados a prática de princípios institucionalizados perduram, e continuam gerando com um dos fatores que contribuem para a propagação inconsciente nas pessoas de normas, comportamentos que se adequem a essas ideias defendidas e equivocadas.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas: Mulheres da colônia**. 1992. 368 f. Tese (Doutorado em Letras e Ciências Humanas) Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE,



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Mary Del. **História das mulheres no Brasil**.
2. ed. São Paulo: Contexto. 1997. p. 46-77.

PRIORE, Mary Del. **Histórias Intimas:**
Sexualidade e Erotismo na História do Brasil.
1. ed. São Paulo: Planeta. 2011.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família
burguesa. In: _____. **História das mulheres
no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto. 1997.
p. 223-240.

PRIORE, Mary Del. Magia e medicina na
colônia: o corpo feminino. In: _____.
História das mulheres no Brasil. 2. ed. São
Paulo: Contexto. 1997. p. 78-114.

SOIHTE, Rachel. Mulheres pobres e
violência no Brasil urbano. In: _____.
História das mulheres no Brasil. 2. ed. São
Paulo: Contexto. 1997. p. 362-400.

SOUZA, Valquíria Alencar. Violência contra
mulheres: um fenômeno social. In: GENTLE,
Ivanilda M; ZENAIDE, Maria N. T;
GUIMARÃES, Valéria M. G. **Gênero,
diversidade sexual e educação:**
Conceituação e Práticas de Direito e Políticas
Públicas. João Pessoa: Editora Universitária
da UFPB. 2008. p. 173-178.

STEARNS, Peter N. Resultados da expansão
européia, 1500-1900. In: STEARNS, Peter N.
História das relações de gênero. São Paulo:
Contexto. 2007. p. 101-123.

